



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681231 - RS (2021/0225401-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CHARLES RONE RODRIGUES SALINAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CHARLES RONE RODRIGUES SALINAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Apelação Criminal n. 5007611-45.2020.8.21.003).

O paciente foi condenado a 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão em regime inicial fechado e 550 dias-multas, pelo cometimento do crime tipificado no art. 33, *caput*, c/c art. 40, III, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que "o acórdão recorrido inflige indevido constrangimento ilegal ao paciente, consistente em excesso de pena, posto que dá ao artigo 59, do Código Penal e artigo 40, inciso III, da Lei nº 11.343/06, interpretação divergente daquela atribuída pelos tribunais superiores, em razão de ter sido exasperada de forma exacerbada a pena-base e aplicada majorante que não configurada no caso em concreto" (fl. 6).

Alega, por fim, que "o acórdão recorrido contraria o disposto no artigo 40, inciso III da Lei nº 11.343/06 e afronta jurisprudência dos Tribunais Superiores, motivo pelo qual merece reforma, afastando-se a incidência da majorante." (fl. 14)

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja afastada a majorante prevista no art. 40, II, da Lei n. 11.343/06.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente